

## EDUCAÇÃO BÁSICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Argos Gumbowsky<sup>1</sup>  
Kelli Regina Gonsalves dos Santos Assunção<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar a educação e sua relação com o desenvolvimento regional no contexto da implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 com foco na Educação Básica. O artigo caracteriza-se como de revisão apoiando-se nos princípios da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes primárias e secundárias. Justifica-se pela carência de discussões envolvendo a relação educação e desenvolvimento regional em particular, análises direcionadas à educação básica. Pesquisadores apostam a premissa de que a educação contribui na redução da pobreza, no desenvolvimento regional, pela ampliação da capacidade intelectual gerando mais riquezas e integrando-se com maior facilidade do mercado de trabalho. No Brasil, há grandes desafios tanto na universalização do acesso à educação básica como na garantia de padrões de qualidade. Conclui-se que há de se superar a premissa de que a educação está associado unicamente ao crescimento econômico e a melhoria de renda.

**Palavras-chave:** Educação e desenvolvimento. Políticas educacionais. Educação básica. Plano Nacional de Educação. Desenvolvimento Regional.

## BASIC EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze education and its relationship with regional development within the context of implementing 2014-2024 National Education Plan, focusing on Basic Education. The article is characterized as a review based on the principles of bibliographic and documentary research, using primary and secondary sources. It is justified by the lack of discussions involving the relationship between education and regional development, in particular the analyses directed to basic education. Researchers support the premise that education contributes to poverty reduction and regional development, as the expansion of intellectual capacity generates more wealth and turns the integration to labor market easier. There are major challenges both in universalizing access to basic education and in ensuring quality standards in Brazil. It is concluded that the premise in which

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Docente da rede pública estadual de Santa Catarina. Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [argos@unc.br](mailto:argos@unc.br)

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado. Docente da rede pública estadual de Santa Catarina. Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [Kellipersonal@bol.com.br](mailto:Kellipersonal@bol.com.br)

education is associated only with economic growth and income improvement must be overcome.

**Key words:** Education and development. Educational policies. Basic education. National Education Plan. Regional Development.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma nação não concretiza seu desenvolvimento sem uma educação de qualidade e extensiva a todos os segmentos da população. As últimas décadas foram prósperas em encontros patrocinados por organismo internacionais com objetivo de discutir a educação em seus diversos níveis e modalidades. Muito embora os documentos resultantes de tais encontros priorizem políticas de acesso, melhoria de qualidade, dentre outros, há que se considerar o mercado como grande protagonista deste processo. Logo, “ A queda no elitismo social teve como contrapartida uma qualidade muito pobre na última década” (CASTRO; LEITE, 2006, p. 142).

O objetivo deste artigo é analisar a educação e sua relação com o desenvolvimento regional no contexto da implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 com foco na Educação Básica. Quanto a metodologia, esse artigo caracteriza-se como de revisão, apoiando-se nos princípios da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando fontes primárias e secundárias.

O crescimento quantitativo, em particular do ensino fundamental, foi relevante a partir da década de 1990, não sendo acompanhado pelo desempenho qualitativo explícito em exames nacionais. Governos de diferentes tendências ideológicas se alternaram, sem, contudo, encontrar uma fórmula para equacionar o problema. Algumas das soluções pretendidas foram reflexos de políticas desenvolvidas noutros países com características econômicas, sociais, culturais, educacionais distintas do Brasil.

A expansão de programas de pós-graduação stricto sensu, no Brasil, na área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia, mais especificamente com foco na área de concentração ‘desenvolvimento regional’ oportunizou, além das discussões específicas da área, novas frentes até então pouco exploradas. A educação passa a integrar as discussões, mesmo que ainda incipientemente. As discussões que se

concentravam no papel das Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional, têm migrado para outros temas tão ou mais relevantes à área.

O documento que norteou a avaliação quadrienal da área Planejamento Urbano e Regional e Demografia (2016) relatou:

As questões relativas à educação em sentido mais amplo têm sido tratadas nos Programas a partir de pesquisas sobre temas educacionais articulados às perspectivas científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) com formação de educadores dos sistemas públicos federais, estaduais e municipais de ensino e também de instituições privadas (BRASIL, p. 11).

Adicionalmente, o 2019 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e definiu como eixos setoriais de intervenção das ações “a educação e qualificação profissional”.

Especificamente, o artigo abordou conceitos do Desenvolvimento Regional e, na sequência, a relação Educação e Desenvolvimento Regional. Finalizou com a análise da educação básica resultante das políticas adotadas por diferentes governos nas últimas décadas.

## **2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O desenvolvimento regional não é o resultado somente de uma construção teórica ou acadêmica do conceito de desenvolvimento, mas, sobretudo de uma forma de expandir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento, tanto no melhor uso dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores. Dallabrida (2010, p. 18), adverte que para entender desenvolvimento:

Primeiro é necessário distinguir crescimento econômico de desenvolvimento. Não existe concordância entre os autores. Uns até consideram crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. No entanto, para um maior número de autores, o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mesmo admitindo não ser condição suficiente.

Para que ocorra desenvolvimento, é necessário que se tenha soluções para os problemas criados pela dinâmica, especialmente no que concerne a atenuação

dos evidentes desequilíbrios regionais. O conceito de Desenvolvimento Regional é entendido por Boisier, (2001, p. 7), como:

*El desarrollo regional consiste en un proceso de cambio estructural localizado (en un ámbito territorial denominado 'región') que se asocia a un permanente proceso de progreso de la propia región, de la comunidad o sociedad que habita en ella y de cada individuo miembro de tal comunidady habitante de tal territorio.*

Essa mudança estrutural, descrita pelo autor, encontra-se também atrelada à redução de desigualdades sociais, ambientais e culturais, as quais colaboram para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Nesse sentido, estão as ideias de Furtado (2003), sobre o desenvolvimento cuja contribuição foi a de combinar uma concepção ampla do processo histórico do desenvolvimento econômico com suas implicações sociopolíticas. Para ele, o desenvolvimento econômico significa mais que o simples crescimento da economia ou acumulação de capital, porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também irradiação do progresso para o porte da sociedade, no sentido de homogeneizá-la.

A ideia de desenvolvimento não pode ter como único sinônimo: o crescimento econômico. Nogueira (2009, p. 47), explica que:

Já chegamos a um ponto da discussão em que aprendemos a distinguir desenvolvimento de crescimento. Não faz muito sentido, hoje em dia, falar somente de crescimento, ainda que todo processo de desenvolvimento tenha, de modo inevitável, uma dimensão fortemente concentrada na expansão econômica. O conceito de desenvolvimento tem um componente “qualitativo” forte, com o que adquire outro estatuto. Ele é um fato muito mais abrangente e complexo, que envolve e exige uma ideia de sociedade, de comunidade política, de justiça social, de Estado e de economia.

Os recursos disponíveis devem atender a todas as camadas sociais, deve buscar rompimento das disparidades encontradas nas diferentes regiões, assim como também buscar alternativas que alterem os impactos econômicos, e para isso utiliza-se das políticas de desenvolvimento regional, e estas, por sua vez, visam a constante busca de melhoria das condições econômicas e do desenvolvimento humano.

O desenvolvimento está imerso a vários contextos, para Sachs (1997, p. 2), desenvolvimento é:

Um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo.

Portanto, entende-se que desenvolvimento não está inserido apenas nos aspectos econômicos, mas envolve, sobretudo as pessoas inseridas nas regiões, as culturas diferentes, além das oportunidades oferecidas a essas pessoas. Dallabrida (2010, p. 17), apresenta o desenvolvimento como sendo:

Um processo de mudança estrutural, situado no histórico e territorialmente caracterizado pela dinamização. Assim entendido, como processo, o desenvolvimento não se apresenta como um estágio a ser galgado, um modelo a ser seguido. Talvez seja até equivocado falar-se em regiões desenvolvidas e não desenvolvidas! Ou seja, seria mais adequado falar-se em regiões em processo de desenvolvimento, onde em algumas encontramos um maior dinamismo, com um projeto de futuro definido, construído coletivamente em todos os momentos de sua história, logo, com maior capacidade de proporcionar condições socioeconômicas qualificadas e uma boa qualidade de vida ao conjunto de sua população.

O Brasil, na busca dessa condição socioeconômica qualificada e de uma qualidade de vida adequada, apresenta a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que busca trabalhar a diversidade social e política em cada região. Nessa direção, a PNDR oferece um caminho para propiciar um engajamento ativo na elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento, envolvendo os entes federados, as forças sociais relevantes e os setores produtivos. A PNDR organiza um olhar sobre o conjunto do território do País, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais. Para isso, o então Ministério da Integração Nacional (1999-2019) apresentou a proposta de que:

O sentido maior de uma PNDR é, portanto, duplo: de um lado, sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades regionais que, à exceção de curtos períodos históricos, não pararam de se ampliar no Brasil; de outro, explorar, com afinco, os potenciais endógenos da magnificamente diversa base regional de desenvolvimento, em conformidade com os fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada e sofisticada, mas portadora de valores sociais regionalmente constituídos. Um dos mais importantes patrimônios do país é sua diversidade ambiental, socioeconômica e cultural (BRASIL, 2005, p. 12).

No documento, fica claro que o objetivo da PNDR não é combater a pobreza. Caso esse fosse o único objetivo, seriam priorizadas apenas as áreas que tivessem o retorno econômico garantido, na verdade a política busca a geração de oportunidades que contemplem as iniciativas territoriais, ampliando a articulação das estruturas socioeconômicas distribuídas em todos os espaços.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do país e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional, fato esse que se consolida no enunciado do PPA 2004-2007, que eleva o tema da redução das desigualdades regionais brasileiras a um dos mega-objetivos do Plano Plurianual vigente. O objeto da PNDR são as profundas desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões do país. A matéria prima da Política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil (BRASIL, 2005, p. 12).

Esse conjunto de políticas e programas visa construir estratégias que proporcionem condições e ações que atendam ao desenvolvimento local e regional. As desigualdades existentes regionais acabam sendo resultado de uma raiz capitalista que acaba por se concentrar em lugares específicos, condenando outras regiões à estagnação.

O enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem. Toda discrepância de oportunidades educacionais pode ser territorialmente demarcada: centro e periferia, cidade e campo, capital e interior (HADDAD, 2008, p. 5).

Sen (2010), defende uma posição mais abrangente ao conceito de desenvolvimento, que não se concentra somente em aspectos restritos como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou a algum outro tipo de indicador de renda nacional, como a industrialização ou mesmo com aspectos tecnológicos, mas sim relacionado ao grau de liberdade das pessoas e ao acesso a uma melhor qualidade de vida. O autor enfatiza que o desenvolvimento deve pressupor a eliminação dos seguintes obstáculos, denominadas fontes de falta de liberdade:

[...] a pobreza e a tirania, a escassez de oportunidades econômicas e as privações sociais sistemáticas, o abandono em que podem ser encontrados os serviços públicos e a intolerância ou o excesso de intervenção de Estados que sejam repressivos [...] (SEN, 2003, p. 40).

Corroborando Sen (2003), Boisier (2000), chama a atenção para a complexidade do conceito de desenvolvimento e sua natureza utópica, bem como dos diversos adjetivos atribuídos ao termo, tais como: territorial, regional, local, endógeno, de cima para baixo e de baixo para cima.

Segundo Valentim (2003), a base do desenvolvimento regional não está somente no contexto econômico, mas no contexto sociocultural, em que são fundamentais os valores e as instituições criadas pela sociedade. Tanto o crescimento como o desenvolvimento econômico dependem de fontes como as economias externas, a educação, o capital humano e o capital social. As Instituições de Ensino são fundamentais para o desenvolvimento local e regional.

### **3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Para uma melhor compreensão da relação entre desenvolvimento regional e educação, faz-se necessário, num primeiro momento, tratar acerca de algumas reflexões teóricas sobre o conceito de educação e de que forma ela se insere no contexto de desenvolvimento regional. Essa abordagem justifica-se, pois, uma região com potencial educacional desenvolvido torna-se um território de grandes oportunidades para aqueles que ali residem. Nessa perspectiva, Libânio (1998, p. 71) nos remete a seguinte afirmação:

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade [...] com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade.

Ou seja, a educação é uma forma de interação das relações em todos os aspectos da vivência humana. Assim, é fundamental nas relações sociais ou educacionais.

Durkeim (2013), explica que os sistemas educativos se constituem intrinsecamente ligados e dependentes das religiões, do desenvolvimento das ciências, dos estados, das formas de organização política e, inclusive, dos sistemas econômicos. Por conseguinte, a educação é uma construção social fruto da vida comum, refletindo as necessidades e anseios dessa vida. Isso evidencia o caráter histórico inerente à educação.

Brandão (2007, p. 16), reflete sobre o que é Educação e sua complexidade em relação as suas organizações nos seguintes aspectos:

Quando um povo alcança um estágio complexo de organização da sua sociedade e de sua cultura; quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como *problema* as formas e os processos de transmissão do saber. É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples, de ensinar-e-aprender.

O autor relaciona a Educação como algo heterogêneo - em sua diversidade no aspecto cultural, regional, territorial, enfim por toda sua dimensão - que aloca o aprendiz a viver em sociedade.

Jaeger (1995, p. 23), define que a “[...] educação uma função tão natural e universal da comunidade humana, que pela sua própria evidência leva muito tempo a atingir a plena consciência daqueles que a recebem e a praticam”. O autor também faz referência a transformação da educação, pois a antiga educação, baseada em conhecimentos gerais, é considerada insuficiente para a demanda que a sociedade atual impõe sobre a educação.

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) de Saviani (2008), é resultado de suas pesquisas a respeito das diversas tendências pedagógicas e de sua busca por maneiras de compreender os problemas identificados na educação brasileira. Saviani (2008), define a Pedagogia Histórico-Crítica como um caminho para a prática social igualitária, na qual se trabalha de forma dialética a prática pela teoria e a teoria pela prática, a fim de valorizar os conhecimentos historicamente acumulados, um ensino sistematizado e a transformação da prática social. Assim, a PHC busca gerar ações coletivas, conscientes e organizadas, almejando expor as

contradições criadas na sociedade capitalista e permitindo o questionamento e posterior superação dessas contradições.

Essa concepção teórica, trazida por Saviani, converge com a presente pesquisa, pois se busca compreender a relação da educação com o desenvolvimento regional sob a luz das teorias aqui explicitadas.

Bourdieu (2005), faz refletir sobre esse contexto quando nos remete a importância de estudar o conjunto dos elementos ou o fragmento de um conjunto teórico. Que esses recortes de pesquisas, às vezes diagnosticados nos âmbitos escolares, remetem-nos a contemplação do todo e o todo às vezes nos remete a unificação de um objeto de pesquisa.

A ciência social está sempre exposta a receber do mundo social que ela estuda, os problemas que levanta a respeito dele: cada sociedade em cada momento, elabora um corpo de problemas sociais tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados, e de certo modo garantidos pelo estado (BOURDIEU, 2005, p. 35).

Ao adentrar uma aproximação teórica relacionada a educação e ao desenvolvimento, algumas questões nos levaram a premissas bem contundentes a respeito desses dois fatores até aqui abordados na presente pesquisa. Uma delas foi o conceito de desenvolvimento, pois para alguns autores como Dallabrida (2010, p. 20), não é possível descrever desenvolvimento, pois para ele “não há uma única forma de classificar as abordagens teóricas, ou teorias do desenvolvimento [...], no entanto não é possível afirmar que uma forma seja mais adequada que a outra”.

Desse modo, buscou-se elencar a qual mais se aproximou do objeto dessa pesquisa. No que tange especificamente a conceituação de desenvolvimento buscou-se aprofundar o debate em torno das elaborações teóricas de Joseph A. Schumpeter (1982, p. 48), que define desenvolvimento econômico como “uma mudança espontânea e descontinuada dos canais de fluxo, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. Ou seja, o autor enfatiza que a economia acontece em ciclos, e esses se alteram no decorrer da história e é dessa forma que se ganham ou se perdem fortunas. Tais ciclos afetam diretamente a economia mundial ou regional, interferindo em como as pessoas vivem. Schumpeter (1982), destaca o papel central que as inovações tecnológicas têm no desenvolvimento, afinal a introdução de um elemento tecnológico novo exige

adaptações e novas estratégias para se manter competitivo, afetando a vida social. Isso pode gerar pressão para que todas as regiões se adequem e se integrem ao mercado global, mesmo que isso signifique ignorar singularidades locais primordiais para um avanço mais igualitário. A educação, principalmente a profissionalizante, insere-se nesse embate teórico, pois a forma com que se infere no mercado de trabalho ao tentar suprir a demanda em se tratando de inovação e agregação de valor por meio do conhecimento tecnológico, favorece essa aproximação, construindo uma ponte entre educação e os ciclos econômicos.

Desse modo, Schumpeter (1985, p. 9), remetendo ao fator econômico, diz que “o campo dos fatos econômicos está assim, antes de tudo, delimitado pelo conceito de comportamento econômico”. Em parte, todos devem ao menos “agir economicamente, cada um deve ser um sujeito econômico ou depender de um deles”. Nesse sentido, consegue-se compreender a subordinação econômica que esse sistema gera.

Em vista disso, Schumpeter (1985, p. 9), remetendo ao fator econômico, diz que “o campo dos fatos econômicos está assim, antes de tudo, delimitado pelo conceito de comportamento econômico”. Em parte, todos devem ao menos “agir economicamente, cada um deve ser um sujeito econômico ou depender de um deles”. Por consequência, conseguiu-se compreender a subordinação econômica que esse sistema gera.

Complexificando essa separação entre crescimento e desenvolvimento estabelecida por Schumpeter, Bresser-Pereira (2008, *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 2), afirma que:

[...] a separação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico é indevida, pois apenas em situações excepcionais a acumulação de capitais vem desacompanhada dos demais elementos caracterizadores do como o progresso técnico, o aumento de produtividade e da renda. Assim, quase sempre este crescimento se protraí e gera uma melhora geral no país, as exceções seriam nos países em que o crescimento econômico ocorre em um fator extremamente concentrador, como nos países exploradores de petróleo. Reconhece, entretanto, que o desenvolvimento nem sempre implica progresso social (melhoria da distribuição) e político (avanço da democracia).

Ou seja, os efeitos diretos do crescimento econômico são, na maioria das vezes, insuficientes para suprir as desigualdades e gerar progresso social.

São crescentes a presença e a influência de economistas nas tomadas de decisões em políticas públicas no campo do debate da relação entre educação e desenvolvimento. Dependendo da orientação e das posições ideológicas, eles podem situar-se, de um lado, na defesa intransigente da educação como fator promotor do desenvolvimento ou, de outro, entre aqueles que veem no desenvolvimento condição necessária para a conquista de uma boa educação. Os primeiros, mais próximos das matrizes liberais e ortodoxas, acabam por identificar nas variáveis internas de cada país e na “qualidade” de seus indivíduos, aí incluído o grau de escolaridade, os aspectos propulsores de processos de desenvolvimento, enquanto os segundos, mais heterodoxos, tendem a considerar que os fatores macroeconômicos propiciam um ambiente favorável ao desenvolvimento de sistemas educativos de qualidade (HADDAD, 2014, p. 1).

Em seu artigo intitulado “A Relação entre Educação e Desenvolvimento” Oliveira, Oliveira e Moraes (2016), elencam uma série de perspectivas teóricas elaboradas mais recentemente, portanto, mais condizentes e alinhadas com o recorte histórico dessa pesquisa a partir da década de 80. Essas concepções propõem um pensar mais global sobre a noção de desenvolvimento, contemplando múltiplos aspectos. Destacou-se a relação entre desenvolvimento, direitos humanos e desenvolvimento pessoal, que permitiria a cada indivíduo aprimorar seus talentos e potencialidades, atingindo autorrealização e felicidade. Isso só seria possível se as necessidades básicas fossem sanadas com o acesso amplo e universal aos serviços públicos (incluindo a educação), bem como, fosse garantido direito à moradia e ao tempo ocioso. (SACHS, 2008; VEIGA, 2010 *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 3).

Convergindo com essa afirmação, Ray (*apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 4), afirma:

[...] o senso que se tem do que seja um país desenvolvido é de que seja aquele onde exista, além da alta capacidade financeira, também as pessoas sejam nele bem alimentadas, tenham opções de lazer e entretenimento, possuam acesso a bens materiais, livres de preconceitos e com níveis de igualdades razoáveis.

Dessa forma, seria possível ultrapassar o mero crescimento econômico e alcançar o desenvolvimento propriamente dito, contemplando as necessidades e potencialidades humanas como um todo e garantindo um progresso mais igualitário. (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016).

Complementando esse apontamento, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no chamado 'Relatório Brundtland', conceituou desenvolvimento da seguinte maneira:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (*apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 4).

Baseadas nesses conceitos, emergem propostas focadas no desenvolvimento regional. Em sua pesquisa intitulada "A Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Uma Análise Sobre as Estratégias de Desenvolvimento Territorial Para o Brasil", Ricaro Nagliati Toppan dedicou-se a elencar as políticas públicas que vêm sendo empregadas com o intuito de promover o desenvolvimento regional brasileiro, respeitando as peculiaridades locais.

Toppan (2015), salienta que o desenvolvimento regional deve priorizar os atores e lideranças locais, contando com forte participação popular para atuar em parceria com o governo central.

[...] o foco das políticas regionais (e territoriais) para os processos e organizações endógenos, nos quais há uma articulação maior entre atores locais e uma representatividade com o Estado. Ou seja, o território local teria uma autonomia política relativa, a depender da estrutura normativa do Estado e da capacidade de articulação dos envolvidos. Compreende-se que essas ideias permitem ampliar a participação política, muito pertinente ao debate colocado pela nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que levanta caminhos para a democratização da política. Em linhas gerais, trata-se de politizar o debate das formulações das políticas de desenvolvimento regional (TOPPAN, 2015, p. 49).

É interessante constatar que quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato.

Para Dowbor (2007, p. 1), "a ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e a necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar ativamente das iniciativas capazes" de fazer a transformação ao seu redor, de produzir dinâmicas construtivas. Pois o capital humano é um dos principais fatores de inserção econômica, peça chave para tantos

discursos ontológicos. Schultz (1973, p. 32), clareia-nos que “os economistas sempre souberam que as pessoas são parte importante da riqueza das nações”. Ou seja, o fator capital humano é negligenciado muitas vezes em detrimento do capitalismo, em que a economia é fundamentada em bens de consumo e conseqüentemente na exploração da força trabalhista para a produção desta, sem estimular a autonomia, intelectual ou econômica.

Ainda, segundo Dowbor (2007, p. 3), fomentar o desenvolvimento local não significa deixar de lado os “processos mais amplos, inclusive planetários: significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade”.

Conforme o autor, com o crescimento das iniciativas locais é natural que se espere da educação conhecimentos mais amplos. A educação terá que dar conta de novas possibilidades de ação no plano local (DOWBOR, 2007). Neste sentido, pôde-se inferir que a educação é um dos caminhos para alcançar o desenvolvimento. Para Pieri (2018, p. 2),

[...] educação não gera apenas benefícios estritamente econômicos. Sociedades com populações mais escolarizadas tendem a ter melhores resultados em outras áreas. Pessoas mais escolarizadas têm melhor saúde, vivendo mais e com menor incidência de morbidades ao longo da vida; envolvem-se mais com a vida comunitária e fazem escolhas políticas mais bem informadas; têm menor probabilidade de cometer crimes e de serem encarceradas. Do ponto de vista coletivo, esses efeitos em outras esferas da vida social acabam por resultar que sociedades mais escolarizadas tendem a ser mais coesas, com menores taxas de iniquidades sociais.

Dando seguimento a relação possível entre desenvolvimento e educação Caleiro (2008), afirma que a educação promove benefícios individuais e coletivos. Em conformidade com o autor, a educação (e o conhecimento) permitem aumento de produtividade e salários, resultando em melhor qualidade de vida, abarcando: redução da pobreza, aumento da expectativa de vida, redução da taxa de fecundidade, redução dos índices de violência, melhoria no acesso aos serviços de saúde, entre outros aspectos. Esses elementos fazem parte dos benefícios coletivos e sociais, que o pesquisador ressaltou: “No que diz respeito aos benefícios sociais, a educação, sendo um aumento no capital humano, é também importante na formação de capital social, o qual, aparentemente, tem um efeito positivo sobre o crescimento econômico [...]” (CALEIRO, 2008, p. 142).

É importante ressaltar que o simples aumento de oferta de educação não é garantia de que vá atingir o desenvolvimento. É necessário levar em conta a qualidade da educação oferecida. Em termos qualitativos, é possível perceber que os países mais desenvolvidos (com maior IDH) dispõem de um maior nível de educação. Gerou-se aqui o que Caleiro (2008, define como círculo virtuoso, no qual os investimentos em políticas públicas educacionais retornam à sociedade gerando mais desenvolvimento, que por sua vez possibilita mais educação de qualidade e assim sucessivamente (CALEIRO, 2008).

Em concordância com as elaborações teóricas citadas anteriormente, entendeu-se que a busca por um ensino público de qualidade é uma peça importante para o almejado desenvolvimento regional. De acordo com Saviani (2000), a ideia de educação escolar pública, laica, gratuita e obrigatória, designada a toda a população, vem do final do século XIX, permanecendo o debate em torno dela, enlaçado a uma discussão internacional.

Em suas obras, Anísio Teixeira deixava claro que sua luta era por uma escola ampliada, integral e capaz de suprir seus alunos não apenas com conhecimento técnicos, mas também com um atendimento global que fornecesse aquilo que as famílias muitas vezes não são capazes de oferecer.

Esses conceitos de educação foram imprescindíveis à modernização da sociedade e trouxeram condições para sua realidade situacional na contemporaneidade. Por meio da defesa de Saviani, Anísio Teixeira entre outros, por uma escola que fosse pública, laica, gratuita e obrigatória, foi possível produzir as condições para a concepção do ensino público brasileiro, que se fez e ainda se faz presente em muitos discursos de viés público educacional e político.

Essas abordagens remetem ao conceito de totalidade de Celso Furtado (2003), no qual o progresso surge antes do próprio nascimento de cada geração. Porquanto, as raízes fornecidas com antecipação são as que determinarão a perspectiva econômica e cultural de uma determinada região. A eficácia em debater essas questões requer a análise do setor econômico da sociedade. Dessarte, essa questão se foi abordada na presente pesquisa. Complementarmente, Saviani (2002), salienta a importância do conhecimento adquirido. O aporte para tal tipo de educação deve ser a valorização e reconhecimento do saber produzido historicamente.

Ressaltou-se também: ainda que existam políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento regional (como levantado por Toppan em sua pesquisa), no contexto brasileiro contemporâneo esse cenário não mudou significativamente. O capitalismo ainda está intrinsecamente ligado a todos os aspectos da vida das populações, passando por escolhas pessoais e coletivas e conseqüentemente pela educação. Isso fica claro na divisão entre a escola pública e a privada, nas condições totalmente díspares fornecidas aos estudantes de cada nível social, bem como na facilidade ou dificuldade de acesso, evidenciada na política de cotas ou nas avaliações dos sistemas públicos, ora enaltecendo e em outras julgando-as (TOPPAN, 2015).

A juventude brasileira ainda sofre com um sistema que não apresenta a legitimidade de seus direitos educacionais nem ao menos oportunizando a igualdade e acesso a todos irrestritamente. No âmbito do debate acadêmico/teórico, bem como em documentos oficiais das políticas públicas, se enaltece uma escola de igualdade. Porém, na prática o que existe, na maioria dos casos, é uma escola promotora de desigualdade social, cultural e acadêmica.

Entendeu-se que isso ocorre por conta do comprometimento da educação com o modo de produção capitalista o qual não vislumbra integração e é calcado na competição e oportunidades desiguais. Espindola e Santos (2010), afirmam: “num mundo globalizado regiões e cidades são chamadas a competir e diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade torna-se também uma regra da convivência entre as pessoas”. (p. 2). Sendo assim, os jovens são estimulados constantemente a competir, nas questões referentes à educação e ao mercado de trabalho.

#### **4 CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

A Lei Federal n. 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Art. 21 define que a educação escolar se compõe de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A educação básica no Brasil, passou por grandes transformações nas últimas duas décadas: a universalização do ensino fundamental; a ampliação da obrigatoriedade de frequência dos 4 aos 17 anos de idade; criação do Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); aprovação do Plano Nacional de Educação elaborado democraticamente; e mais recentemente a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros. Apesar dos avanços, para Castro (2018, p. 9):

A trajetória escolar do Brasil é absolutamente incompatível com um país que se encontra entre as 10 maiores economias do mundo, mas bastante compatível com o grau de desigualdade social e econômica que persiste, em grande medida responsável pelos baixíssimos índices de produtividade e pela elevada concentração da renda. Num mundo cada vez mais sofisticado e exigente em termos de qualificação profissional, os dados revelam que grande parte da nova geração terá enorme dificuldade de encontrar qualquer ocupação adequada e enfrentar os desafios tecnológicos do nosso século.

Em continuidade far-se-á uma breve contextualização da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio no Brasil.

O cenário brasileiro das matrículas no ensino médio demonstra uma situação não muito promissora.

Tabela 1 – Evolução das matrículas no ensino médio público

Ano	Ensino médio	
	Parcial	Integral
2014	6.668.967	362.657
2015	6.426.370	384.635
2016	6.469.361	409.401
2017	6.181.439	500.988
2018	5.862.721	599.403
2019	5.562.704	656.165

Fonte: Inep (2019).

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 na Meta 3: estabeleceu ‘universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).’ Um dos desafios para a universalização da educação básica está na manutenção dos jovens na escola.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgados, mostram que no ano passado, 11,8% dos jovens nesta faixa etária

estavam fora da escola, o equivalente a 1,1 milhão de pessoas, apesar de o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, ter estabelecido a meta de universalizar o atendimento à população de 15 a 17 anos até 2016. Outro desafio está em ampliar a matrícula em tempo integral. A tabela 1 indica que apesar do aumento de 80% em relação a 2014, significa apenas 11,7% do total de matrículas, muito distante dos 85% previstos pela meta. O documento 'Panorama da Educação: destaques do *Education at a Glance 2018*' informa que

Em média, espera-se que 87% das pessoas de países da OCDE concluirão o ensino médio ao longo da vida e 81% antes dos 25 anos. Na maioria dos países, essa taxa de conclusão antes dos 25 anos ultrapassa os 80%. No entanto, para países da América Latina, como Brasil, Costa Rica e México, essa taxa é inferior a 60% (BRASIL, 2018, p. 15).

A qualidade do ensino médio tem sido objeto de constantes debates. No ano de 2017, o resultado do IDEB observado foi de 3,8 enquanto a meta era 4,7.

Resultante das avaliações abaixo das expectativas, o governo federal lançou mão de Medida Provisória que se converteu na Lei Federal n. 13.415/2017 a qual definiu um mínimo 1.000 horas anuais a partir de 2 de março de 2017, ampliando-se para 1.400 horas anuais num prazo de 5 anos. Aliado a ampliação da carga horária, outras propostas de reestruturação curricular foram aprovadas, entretanto a implementação tem sido lenta. Segundo Maciel (2019, p. 22),

A referida reforma em pouco contribui para a efetiva implementação das metas, como no caso das metas 3, 6, 10 e 11 [do Plano Nacional de Educação], na medida em que não ataca as verdadeiras causas da crise do ensino médio. Suas alterações não enfrentam a carência de infraestrutura em recursos físicos e humanos das escolas. Ademais, afronta a meta 15, relativa à capacitação e valorização da carreira docente, ao relativizar o conceito de profissional da educação.

A reforma do ensino médio está vinculada à lógica do mercado.

O mundo do trabalho é marcado por profundas desigualdades entre mulheres e homens: desde o mercado formal de trabalho até aquele realizado no ambiente doméstico, caracterizando a chamada divisão sexual do trabalho. É fundamental que a escola de Ensino Médio promova a reflexão sobre essa situação na perspectiva de educar adolescentes e jovens a atuarem pela superação dessas desigualdades desde seu cotidiano (AÇÃO EDUCATIVA, 2018, p. 72).

A educação consiste em um instrumento de libertação, abrindo horizontes, descortinando espaços. Educar está vinculado à ideia de empoderamento, de autovalorização, de se conhecer além do limite traçado por ideologias dominantes de fundo alienantes. Só se torna possível o alcance a esta forma de auto conhecer, de auto gerir quando se alcança o verdadeiro sentido da democracia.

De acordo com o documento `Indicadores da qualidade no Ensino Médio` elaborado pela Ação Educativa com participação do UNICEF (2018), encontram-se seis eixos os quais são relacionados na sequência: 1. O Ensino Médio de qualidade como direito humano à educação; 2. O Ensino Médio de qualidade é comprometido com a superação das desigualdades; 3. O Ensino Médio de qualidade exige a melhoria das condições de funcionamento das escolas; 4. O Ensino Médio de qualidade exige uma escola enraizada no território e que atue em rede; 5. O Ensino Médio de qualidade exige uma perspectiva integral da vida das e dos estudantes que reconheça e valorize a diversidade; 6. O Ensino Médio de qualidade estimula a participação ativa dos estudantes na vida, na escola e na sociedade.

Na busca por ultrapassar esse paradigma, considerou-se que, ao fomentar uma concepção de mercado de trabalho baseada no amparo político pode-se alcançar certa igualdade na criação de oportunidades, possibilitando que as comunidades exerçam sua autonomia por meio do fortalecimento das gerações as quais antes foram marcadas pela incompreensão e exclusão de seus aprendizados. Essas oportunidades poderão abranger todos aqueles que, na prática, são excluídos do sistema. Para tal, é necessário que o mercado de trabalho, em conjunto com a educação, seja condizente ao recorte político, econômico e social, oferecendo especial atenção para as questões regionais.

Desse modo, pode-se fortalecer a ideia de crescimento e inovação, visando à transformação de uma sociedade que, até hoje, não possui referências de oportunidade nem igualdade de acesso. Isso possibilita uma sociedade capaz de se modificar pela cultura ou pela economia, avançada e plenamente inserida, ou seja, de forma igualitária nesse momento histórico de inovação e tecnologia. Só assim, será possível atingir o potencial de desenvolvimento das regiões brasileiras.

O ensino fundamental, na hierarquia do sistema de ensino brasileiro, é o que se encontra em melhor situação se comparado com os demais e também no alcance das metas estabelecidas pelo PNE. A meta 2 define: “universalizar o ensino

fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”.

Tabela 2 – Evolução das matrículas no ensino fundamental público

Ano	Ensino Fundamental			
	Anos iniciais		Anos finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
2014	10.089.870	2.607.499	9.083.410	1.666.011
2015	9.694.573	2.721.094	8.648.637	1.691.860
2016	10.793.706	1.443.521	9.281.110	901.652
2017	9.898.360	2.209.791	8.565.075	1.383.289
2018	10.474.838	1.416.633	8.918.470	950.890
2019	10.443.310	1.185.465	8.722.989	1.009.467

Fonte: Inep (2019).

A democratização do acesso ao ensino fundamental tem sido fato marcante. Em 2018, a taxa de matrícula alcançou 98%, sendo a rede pública a principal responsável por garantir o acesso. Em termos percentuais, não há diferenças significativas quando comparados os alunos por raça/cor ou por renda. A diferença está na qualidade do ensino ministrado. Segundo relatório do INEP de 2017 nos anos iniciais o IDEB observado foi de 5,8 cuja meta era de 5,5; nos anos finais, o IDEB observado foi de 4,7 e a meta era 5,0.

Os anos finais do ensino fundamental comparam-se ao filho do meio. Há toda uma preocupação com os anos iniciais e com o ensino médio e esta etapa intermediária reque nova identidade.

Segundo dados do UNICEF “no mundo, mais de 175 milhões de meninos e meninas de até cinco anos de idade não estão matriculados na educação infantil, o que representa cerca de metade das crianças que deveriam ser incluídas nesse nível de ensino”. No Brasil o acesso à educação infantil tem sido crescente, muito embora aquém da meta estabelecida.

O ensino pré-escolar tem papel importantíssimo durante a vida estudantil e acadêmica do aluno. Dessa forma, é preciso investir na potencialização do aprendizado desde os primeiros anos escolares para que o estudante esteja apto a receber novos conhecimentos e, ainda, consiga absorver melhor os conteúdos visualizados nos próximos períodos (PINTO, 2019).

A meta 1 do PNE de “universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, atingindo o final da vigência deste PNE” (BRASIL, 2014).

Tabela 3 – Evolução das matrículas da educação infantil pública

Ano	Educação Infantil		Pré- escola	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
2014	668.300	1.151.930	3.320.733	351.338
2015	720.529	1.205.115	3.292.604	359.182
2016	804.545	1.264.137	3.425.959	347.031
2017	872.564	1.337.218	3.492.039	380.726
2018	971.507	1.361.770	3.542.148	373.551
2019	1.021.507	1.364.650	3.503.383	363.314

Fonte: Inep (2019).

Quanto ao atendimento em creches, para o parcial entre 2014 e 2019, houve um incremento de 52,8%. Chama a atenção no atendimento das creches os educandários que atendem as crianças em tempo integral. Entretanto, não basta a permanência em tempo integral sem as condições pedagógicas, humanas e de infraestrutura. Já na pré-escola, o crescimento também foi perceptível, muito embora em percentuais menores. A partir de 2013, tornou-se obrigatória a matrícula de todas as crianças na escola a partir dos 4 anos de idade. O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 informa que em 2017 34,1% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos estavam frequentando a escola. Entretanto, estes percentuais variaram segundo a raça/cor e nível sócio econômico. Quando se analisam os percentuais por cor/raça tem-se que 34,7% eram brancos, 30,8 eram pardos e 37,3 negros. Entretanto, quando se observa o nível socioeconômico, apenas 26,0% dos 25% mais pobres da população frequentavam creches enquanto 55% dos 25% mais ricos da população frequentam, creches. Teve-se aqui um exemplo claro de não inclusão dos segmentos mais carentes da sociedade na educação infantil, apesar dos programas e campanhas existentes. Segundo a ONU (2019), “a riqueza das famílias, o nível de educação das mães e a localização geográfica estão entre os principais fatores que influenciam a frequência na educação infantil. Na avaliação do UNICEF, a miséria é um fator determinante na exclusão escolar”.

Quando se analisa a matrícula de crianças de 4 e 5 anos, este percentual chegava em 2017 a 93% com pouca diferença percentual entre crianças segundo a cor/raça e nível socioeconômico. Outro dilema não resolvido é a oferta da educação infantil em tempo integral. Ferreira (2019, p. 29) argumenta que:

Para mudar esse cenário e proporcionar a todos os pequenos um atendimento integral e integrado de qualidade, é preciso que o País lance mão de uma política nacional intersetorial, que envolva diversas áreas, entre elas Educação, Saúde e Assistência Social. E para que esta política funcione, o primeiro passo é elencar quais são os direitos que toda a criança deve ter assegurados, os serviços básicos pelos quais devem ser atendidas, atualizando e fortalecendo parâmetros nacionais de atendimento dessas áreas.

Enfim, como superar as deficiências da educação brasileira oportunizando a contribuição para o desenvolvimento regional?

O BNDES, no Seminário 'Educação e Produtividade', definiu alguns pontos a serem atacados:

- 1) gestão deficiente das redes de educação básica (que compreende a educação infantil e os ensinos fundamental e médio);
- 2) baixo uso de tecnologias digitais na educação, como ferramenta pedagógica e de gestão, sobretudo nos segmentos de ensino fundamental e médio;
- 3) lacunas na formação do corpo docente; e
- 4) baixa atratividade do ensino médio e desafios da reforma e da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo formação técnica e profissionalizante (BARBOZA; MATOS, 2018).

Estudo desenvolvido pelo Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper (2018), aponta como desafios a redução da evasão escolar; melhoria da qualidade; melhoria da gestão pública da educação, prioridade em projetos na primeira infância, diminuição e muito, no custo de educar no ensino fundamental e médio.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para finalizar, apresentaram -se as principais ações do Ministério da Educação em documento, debatido com secretários estaduais e municipais da área, inclui: a). Tornar o Brasil referência em educação básica na América Latina até 2030. b). Construir 4,9 mil creches até 2022. c). Revitalizar o programa Novo Mais

Educação. d). Estimular a adesão ao Novo Ensino Médio. e). Conectar 6,5 mil escolas rurais. f). Implementar 108 escolas cívico-militares. g). Estabelecer trilhas de formação de professores da educação básica até 2020.

Concluindo, na área de Planejamento urbano e regional/demografia, encontrou-se um longo caminho a percorrer.

O enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado. Não importa a abrangência do território considerado, o bairro ou o país. A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos. (BRASIL/PDDE, p. 7).

Há de se superar a premissa de que a educação está associada unicamente ao crescimento econômico e a melhoria de renda. A educação deve assumir o papel de uma base social que proporciona sustentação adequada ao êxito econômico. A expansão do número de matrícula não ocorreu paralelamente a melhoria da qualidade da educação. É certo que muito se tem a fazer para a universalização da Educação Básica quanto ao acesso e aos padrões de qualidade desejados.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, UNICEF (coord.). **Indicadores da qualidade no Ensino Médio**. São Paulo: Ação Educativa, 2018. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/indicadores-da-qualidade-no-ensino-medio>>. Acesso em: 22 set. 2018.

BARBOZA, Ricardo; MATOS, Conrado Leiras. **5 propostas para a educação no Brasil**. 29 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/educacao-artigo>>. Acesso em: 3 out. 2019.

BOISIER, Sergio. Desarrollo local ¿De qué estamos hablando?. In: BARQUERO, Antonio Vázquez; MADOERY, Oscar. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosario, Argentina: Homo Sapiens, 2001. p. 48-74. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=438965>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Panorama da Educação**: destaques do *Education at a Glance 2018*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/eag/documentos/2018/Panorama\\_da\\_Educacao\\_2018\\_do\\_Education\\_a\\_glance.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2018/Panorama_da_Educacao_2018_do_Education_a_glance.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, v. 12, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área**: planejamento urbano e regional e demografia. Brasília, DF: [s. n.], 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, v. 1, n. 1, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: DOU, ano 35, v. 1, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/602639>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: DOU, Edição Extra, v. 1, p. 6, 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9810-30-maio-2019-788228-norma-pe.html>>. Acesso em: 1 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MIN, 2005

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CALEIRO, António. **Educação e desenvolvimento**: que tipo de relação existe? Disponível em <[http://www.ela.uevora.pt/download/ELA\\_ensino\\_investigacao\\_cooperacao\\_04.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_ensino_investigacao_cooperacao_04.pdf)>. Acesso em 24 set. 2019.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; CALLOU, Raphael. Educação: o Brasil não tem o direito de errar. *In*: CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Educação em pauta**: uma agenda para o país. [S. l.]: Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018. p. 9-22.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães; LEITE, Elenice Monteiro. Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios.. *In*: TAFNER, Paulo. **Brasil: Estado de uma nação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 121-208. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_brasil\\_desenv\\_en\\_2006.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2006.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2019.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**: 2019. São Paulo: Moderna, 2019.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. IBAM Municípios. **Revista de Administração Municipal**, p. 01-17, fev./mar., 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ESPINDOLA, M. M. U.; SANTOS, M. C. C. dos. Globalização: técnica, conhecimento, massificação no advento da sociedade de informação. COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE; 4., 2010. Anais... 2010. Disponível em: <[http://educonse.com.br/2010/eixo\\_01/E1-50a.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_01/E1-50a.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FURTADO. C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HADDAD, Fernando. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HADDAD, Sérgio. Educação e desenvolvimento. **Le Monde Diplomatique Brasil**, a. 8, ed. 85, p. 1-1, 4 ago. 2014. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/educacao-e-desenvolvimento/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Herder, 1995.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Uma Avaliação da Lei n. 13.415/17 a partir da Logística e das Metas do PNE. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, p. 1-27, 2019.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **UNICEF**: 175 milhões de crianças não têm acesso a creches e pré-escola no mundo. 9 abr. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unicef-175-milhoes-de-criancas-nao-tem-acesso-a-creches-e-pre-escola-no-mundo/>>. Acesso em: 1 out. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido; MORAES, Marcela Barbosa de. A Relação Entre Educação e Desenvolvimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO; 7. 2016. Taubaté. **Anais...** Taubaté: UNITAU - Universidade de Taubaté, 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/316605914\\_A\\_RELACAO\\_ENTRE\\_EDUCACAO\\_E\\_DESENVOLVIMENTO](https://www.researchgate.net/publication/316605914_A_RELACAO_ENTRE_EDUCACAO_E_DESENVOLVIMENTO)>. Acesso em: 17 set. 2019.

PIERI, Renan. **Retratos da educação no Brasil**. São Paulo: Insper, 2018.

PINTO, Diego de Oliveira. Ranking de educação mundial: entenda os dados do Brasil. **Blog Lyceum**, 26 jul. 2019. Disponível em: <[https://blog.lyceum.com.br/ranking-de-educacao-mundial-posicao-do-brasil/#Potencializacao\\_do\\_ensino\\_pre-escolar](https://blog.lyceum.com.br/ranking-de-educacao-mundial-posicao-do-brasil/#Potencializacao_do_ensino_pre-escolar)>. Acesso em: 1 out. 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed., Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. *In: \_\_\_\_\_*. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campina: Autores Associados, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo:, Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

STRIEDER, R.; ZIMERMANN, R. L. G. **A Educação ainda em processo de construção**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

TOPPAN, Ricardo Nagliati. **A nova política nacional de desenvolvimento regional: uma análise sobre as estratégias de desenvolvimento territorial para o Brasil**. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138531>>. Acesso em: 17 set. 2019.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VALENTIM, Rosa de Fátima. O capital social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA; 5. nov. 2003. Recife. **Anais...** Recife, 2003.

**Artigo recebido em: 20/10/2019**

**Artigo aprovado em: 12/11/2019**

**Artigo publicado em: 18/11/2019**